

Representações de uma visão de mundo zapatista na Primeira Declaração da Selva Lacandona

Rodrigo de Moraes Guerra¹

Resumo: o presente trabalho tem como objetivo perscrutar a Primeira Declaração da Selva Lacandona – documento oficial do Exército Zapatista de Libertação Nacional que explicita suas insatisfações históricas e suas demandas, e que entendemos como uma produção discursiva essencialmente zapatista – buscando compreender visões de mundo que estão representadas na mesma, ou seja, perceber como os zapatistas se veem e como eles enxergam a realidade da qual os mesmos foram produtos e a produzem. Dessa forma, desenvolvemos e aplicamos o conceito de representação com o intuito de aprofundarmos o entendimento desse movimento que engloba diversos aspectos da luta latino-americana revolucionária, mas que, por outro lado, se distingue das demais revoluções já ocorridas no continente. Questões sobre identidade, cultura e tradições também são abordadas para que possamos adentrar ainda mais na cosmovisão zapatista.

Palavras chave: zapatismo, representação, movimentos sociais, História da América, história de longa duração.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo escrutar la Primera Declaración de la Selva Lacandona - documento oficial del Ejército Zapatista de Liberación Nacional que explicita sus insatisfacciones históricas y sus demandas, y que entendemos como una producción discursiva esencialmente zapatista - buscando comprender visiones de mundo que están representadas en el zapatismo, es decir, percibiendo los zapatistas se ven y cómo ellos ven la realidad de la cuallos mismos fueron productos y la producen. De esta forma, desarrollamos y aplicamos el concepto de representación con el propósito de profundizar el entendimiento de ese movimiento que engloba diversos aspectos de la lucha latinoamericana revolucionaria, pero que, por otro lado, se distingue de las demás revoluciones ya ocurridas en el continente. Las cuestiones sobre identidad, cultura y tradiciones también se abordan para que podamos adentrar aún más en la cosmovisión zapatista.

Palabras clave: zapatismo, representación, movimientos sociales, Historia de América, historia de larga duración.

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista CAPES.

Palavras iniciais

Como em uma grande trama, digna dos maiores roteiristas, o movimentado século XX, que já havia passado por guerras mundiais, guerras não tão mundiais, Guerra Fria, revoluções e experimentado projetos políticos de toda sorte, ainda havia guardado um grande final para o seu desfecho. No dia 1 de janeiro de 1994², quando mitos e lendas sobre o novo milênio que estaria por vir alimentavam a imaginação do mundo capitalista consolidado no pós-Guerra Fria, os indígenas de Chiapas³, organizados militarmente em nome do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), apareceram para o México e para o mundo anunciando o seu “Já Basta”. Iniciando-se no estado de Chiapas, Sudeste mexicano, onde, ainda no primeiro dia do levante, de dois a três mil indígenas tomaram o controle de San Cristóbal de Las Casas, Ocosingo, Altamirano e Margaritas, apoderaram-se de uma estação de rádio eatacaram um quartel do Exército (BUENROSTRO Y ARELLANO, 2002, p. 15); e logo se espalhando pelo mundo, utilizando-se da internet como uma grande aliada para furar o bloqueio midiático e a tentativa de abafar a sublevação daqueles indígenas, os zapatistas propuseram uma nova luta e, consequentemente, uma nova oportunidade de se explorar a história desses povos, uma história que

² Data simbólica, pois, neste dia, o México aderira ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), desta forma, cedendo aos interesses neoliberais, um dos principais enfrentamentos dos zapatistas.

³ Indígenas de origem *maya* representantes das etnias *tzeltales*, *choles*, *tzotzilese* e *tojolabales*. BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrabio, 2002, p. 18.

ganhava um novo capítulo em 1994 e enfatiza a atuação dos movimentos sociais e seus impactos na realidade.

O estudo dos movimentos sociais nos possibilita uma excelente oportunidade de assimilar o presente e o passado, compreendendo o que o historiador francês Fernand Braudel (1992) veio a tratar como uma história de *longa duração*. Sebastião Vargas (2007) enfatizou que a origem de vários movimentos sociais, principalmente os que ocorrem na América Latina, devem ser inscritos nessa perspectiva temporal de larga duração e que

Os fenômenos sociais não podem ser suficientemente entendidos se nos encerrarmos, para sua consideração, nas temporalidades da curta ou média duração, e que portanto é necessário abrir sempre generosamente a lente temporal de nosso exame, incorporando às nossas explicações estas visões de muito mais largo alento temporal. (VARGAS, 2007, p. 161)

Sendo, portanto, o zapatismo uma etapadentro dessa continuidade de longa duração de movimentos de resistência e rebeldia dos indígenas e camponeses da história mexicana. Dessa forma, os movimentos sociais são produtos de um longo processo histórico, logo, processo este responsável por constituir relações de identidade, cultura e sonhos comuns daqueles que estimam alcançar o objetivo maior de suas lutas, como é o caso do movimento zapatista. Os indígenas do Estado de Chiapas exigiram demandas como teto digno, terra, trabalho, saúde, alimentação, educação, democracia, independência, paz e justiça, enfatizando que essas demandas são suas exigências no que eles

denominam como “a larga noite dos 500 anos”⁴ (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994).

Ao insurgirem na virada do ano e às portas do século XXI, com os rostos cobertos e empunhando armas pesadas, o mundo inteiro se deu conta deste movimento que desafiou todos os prognósticos que apontavam para o fim da luta armada latino-americana. Mais do que isso, o movimento zapatista se distanciou das revoluções ditas tradicionais vistas nessa porção do continente, devido às peculiaridades próprias de um movimento que conta com o respaldo e liderança das tradições indígenas *mayas* em sua organização e trouxe consigo as demandas destes povos. Uma das armas e distinções que se destacou no movimento foi a sua habilidade de se comunicar com o povo e matizar profundos sentimentos de revolta, raiva e indignação, com toques de poesia, ironia e leveza. Em grande medida de autoria do Subcomandante Marcos, principal porta-voz do movimento nos seus anos iniciais⁵, o arsenal literário zapatista é um dos pilares que

⁴ Todo o período que engloba a história mexicana desde a colonização europeia até o tempo presente. Os zapatistas compreendem todo o conjunto de explorações e despojos promovidos pelo colonialismo como esta “larga noite”, incluindo não apenas as violências físicas e materiais, mas, de mesmo modo, a violência simbólica, a violência epistemológica e a crise identitária provocada pelo poder colonial, o que enfatiza a correlação do movimento com a compreensão de *longa duração*, ou seja, a permanência de estruturas históricas que marcam toda uma continuidade de atuações desses sujeitos.

⁵ Subcomandante, pois se trata de um não-indígena, Marcos assume a posição de principal porta-voz e se torna um símbolo do movimento zapatista. Teve em 1995 sua identidade revelada pelo governo mexicano, indicando que se tratava de Rafael Sebastián Guillén Vicente, antigo professor de artes gráficas da Universidade Autônoma Metropolitana do México. Nas palavras de Sebastião Vargas: “o subcomandante Marcos realiza formidavelmente uma síntese entre o líder político, o estrategista militar e o escritor inspirado”. VARGAS, Sebastião. COM A ARMA DA

sustentaram a estrutura do movimento em seus momentos iniciais e o difundiu mundo afora, arraigando adeptos e simpatizantes. Não à toa, despertou o interesse e afeição de grandes escritores de renome mundial como José Saramago, Manuel Vásquez Montalbán, Eduardo Galeano (o qual, inclusive, trocou correspondências com Marcos), entre outros, fazendo com que o Subcomandante fosse apontado também como um verdadeiro maestro na ordenação de ideias e palavras, dando um toque poético revolucionário e constituindo-se, assim, em um importante fator da luta zapatista: a “arma da palavra”. Desta forma, ao insurgirem para o mundo, os zapatistas chamaram a atenção por diversos aspectos, entre eles pelos seus manifestos discursivos. Dotados de características totalmente irreverentes, no que se diz respeito a manifestos de guerra, repletos de simbolismos, mística, história, poesia, sonhos, humor, ironia e rebeldia, os zapatistas surgem com uma nova forma de se dirigir ao poder institucional e ao povo: uma forma desvinculada das formas políticas tradicionais; uma forma voltada para o intelecto, mas, também, ao coração; uma forma que projetasse uma ponte entre o coração e a cabeça; e, deste modo, reflete a herança indígena que permeia o movimento. Os zapatistas fundam, portanto, um manifesto tipicamente zapatista: as Declarações da Selva Lacandona.

Local de gestação do levante zapatista, a Selva Lacandona nutriu a rebeldia dos que insurgiram no grande dia da festa neoliberal em territórios norte-americanos. Nas palavras de Emilio Gennari: “as

PALVRA: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DO SUBCOMANDANTE MARCOS.
Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v.2, n.2, 2009, p. 04.

Revista Vernáculo n.º 44 – segundo semestre/2019

ISSN 2317-4021

dificuldades de adaptação à vida em montanha ensinam o EZLN a cultivar a esperança, a fazê-la brotar em meio à dor e a vivenciar aqueles momentos com um elevado grau de desprendimento”, aprendendo a viver no “ambiente hostil da montanha que, de inimiga, poderia se transformar em poderosa arma de defesa contra o exército mexicano” (GENNARI, 2006, p. 21). Mais do que isso, a Selva Lacandona representou a rememoração do passado indígena, ali encontramos o espaço vivido pelos antepassados zapatistas, pelos povos originários, pelos mitos e costumes que caminharam a noite por 500 anos até os dias de hoje. Portanto, os discursos zapatistas também trazem todo o simbolismo oriundo da selva, da montanha, da terra, do passado, da cosmovisão indígena e de todo o processo histórico de longa duração. Em suma, as Declarações da Selva Lacandona, constituem um conjunto axiomático de fontes para se estudar o discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional, através das mesmas, podemos ter contato direto com a voz dos zapatistas, suas demandas, suas aspirações, suas contradições, seus sonhos, seus temores, sua posição e, substancialmente, ao seu lugar de falar, no qual estão inseridos e do qual o discurso zapatista é produto e reproduz uma “visão de mundo” arraigada de elementos históricos. Para o presente artigo, nos debruçaremos, especificamente, no discurso zapatista manifestado na Primeira Declaração da Selva Lacandona⁶, lançada no dia 1 de janeiro de 1994, juntamente com a insurgência zapatista para o mundo.

⁶ O documento, na íntegra, pode ser lido no site: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/category/1994/> <Acessado em 08 de julho de 2019, às 17:10 horas>.

Desenvolvendo o conceito de *representação*

O discurso zapatista aqui trabalhado, expressado por meio da Primeira Declaração da Selva Lacandona, portanto, foi tratado sob uma interpretação utilizando o conceito de *representação*. Percebendo a Declaração como manifesto do pensamento zapatista, capaz de expressar suas aspirações como movimento, investigamos representações de uma “visão de mundo” presentes na mesma, com o intuito de identificar não apenas o que os zapatistas querem para o mundo, mas, também, como é o mundo para os zapatistas, como a construção dos seus discursos trazem à tona uma identidade dos seus adeptos, uma cultura local, continuidades de um povo que se diz estar em luta há mais de 500 anos... a interpretação, portanto, dos signos e símbolos dessa construção cultural que representa toda uma história de lutas e resistência, de continuidades com o passado, de modos de vida e, acima de tudo, de uma “cosmovisão” permeada de elementos da tradição indígena que conformam o ideal zapatista.

Situando o conhecimento histórico associado, diretamente, às condições históricas em que ele é produzido, a História, como disciplina, passa a ser estudada, pois, não mais pelos mesmos paradigmas, teorias e métodos de outrora – principalmente a partir do século XIX com a sua científicidade peculiar –, mas por uma nova perspectiva, na qual o sujeito passa a ser pensado como uma produção histórica e a realidade idem, com isso, fomentando o desenvolvimento de novos conceitos e prismas para enxergarmos o mundo e,

fundamentalmente, o passado. Como exemplos desses novos primas, temos as representações. O termo “representação” traz consigo a concepção de expressar, ou designar por meio de símbolos, uma ideia ou imagem mental. Desta forma, as representações estão presentes em nosso cotidiano, em nossa forma de enxergar o mundo e nas mais diversas esferas sociais, tendo em vista que são construções históricas e permeiam o campo das mentalidades nas sociedades em que elas estão convencionadas. Tratando-se, desse modo, de códigos e símbolos voltados para a expressão de ideias, também teremos um fator preponderante das representações na construção identitária e cultural de determinada sociedade e na interpretação da mesma das suas realidades. As representações, com isso, se colocam no lugar da realidade e dão sentido à realidade, todavia, a representação não é uma cópia do real, mas uma interpretação feita a partir dele e que traz consigo representações já pré-concebidas estabelecidas na sociedade. Destarte, a visão de mundo de um povo, o modo como ele se relaciona com a sociedade, a sua organização social, perpassam por representações que os mesmos se utilizam para dar sentido a sua realidade, ao seu mundo.

Grosso modo, a escrita da História e o conceito de representação coexistem de forma umbilical. A utopia de objetividade na produção do texto histórico, não se concretiza, pois não há como ser. O texto histórico jamais será isento, a “concepção de Magritte da escrita histórica”, como definiu Ankersmit (2012)⁷, seria rasa, demasiada

⁷ O texto histórico é concebido aqui como a superfície de uma pintura figurativa que deve provocar no espectador a ilusão de verdade.

simplista. Reconhecer a não objetividade, contudo, não significa reconhecer a perda de credibilidade do texto histórico, mas sim reconhecer a complexidade que envolve o estudo do passado, sem desmerecê-lo e sem a pretensão de querer trazê-lo à tona tal qual o ocorrido. Tendo em vista o antigo confronto entre subjetividade e objetividade no texto histórico, Ankersmit (2012) apontará para a Virada Linguística como um momento decisivo para quebra de paradigma: “É necessário, portanto, nada menos que a “Virada Linguística” para efetivamente desacreditar a concepção da pintura de Magritte e da escrita histórica. A ideia básica aqui é que não olhamos através de pinturas ou textos, mas *para* eles.” (ANKERSMIT, 2012, p. 234). Dito isso, comprehende-se a História não como uma janela direta para o passado, não como o passado reproduzido tal qual como ocorrido, mas sim como uma *representação* do passado. A história não deve ter a pretensão de reviver o passado e o historiador não deve se diminuir ao ponto de desaparecer no texto histórico. O labor do historiador deve ser evidenciado na produção da história e isso, de forma alguma, diminuirá a credibilidade do texto histórico. A História, consequentemente, não deve pretender o alcance indubitável da verdade, mas sim deve ser uma janela que nos permita conhecer maneiras como o passado é visto e interpretado, uma janela que nos permita conhecer representações deste mesmo.

Tratando-se de um movimento social de matriz indígena e repleto de tradições culturais, as representações zapatistas, presentes na

Primeira Declaração da Selva Lacandona, fazem parte do conjunto conceitual de “representações sociais”, que tem como objetivo

Compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e representam o mundo em que vivem. Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço (SANTOS, 2011, p. 34).

Descrevendo, desta forma, seu mundo social, sua percepção da realidade, seus anseios de como indivíduos, inseridos em determinado lugar de fala, gostariam que ele fosse, ou seja, como os zapatistas manifestam sua visão de mundo, sua imagem da realidade, por meio dessas representações sociais expostas na Declaração, por exemplo.

Diferentemente do viés realista, no qual a representação é vista como uma cópia direta do real e o representa tal como ele é, adotamos para os nossos objetivos propostos o viés textualista. No textualismo “a representação histórica baseia-se essencialmente na produção de um objeto linguístico que exerce a função cultural de substituto de um passado não-presente” (SANTOS, 2011, p. 41). O texto, portanto, configura-se em objeto. Esta vertente se aplica de forma magistral nas representações aqui postuladas, pois, segundo a mesma, o texto seria entendido como a construção do real e, portanto, deve ser analisado em seus princípios internos – o que dialoga diretamente com a explanação do lugar de fala zapatista e que constitui um dos pilares da nossa argumentação. Dessa forma, é aí que entra o papel fulcral do

historiador, que tem por incumbência interpretar as representações, levando em consideração o tempo e espaço nos quais elas estão inseridas e dos quais elas são produtos e o que, e de que forma, isso implica nessas representações, que é exatamente a contribuição aqui proposta ao nos aproximarmos do discurso zapatista manifestado na Primeira Declaração da Selva Lacandona e submergirmos na sua realidade, na sua visão de mundo.

Representações de uma visão de mundo zapatista

Antes de irmos direto para a fonte e passemos a discuti-la, se faz mister deixarmos claro o que entendemos por “visão de mundo”. Partimos de uma interpretação, para nossos objetivos, de que a visão de mundo consiste no conjunto de símbolos, signos e valores que perfazem a forma como determinado sujeito, comunidade ou sociedade, compreendem e convivem com a realidade, numa relação espacial e temporal, portanto, suposições cognitivas básicas, interrelacionadas de forma dinâmica, que determinam grande parte de seu comportamento e de sua tomada de decisões, bem como organizam grande parte de seu corpo de criações simbólicas - mito, religião, cosmologia - e a etnofilosofia em geral (El-Hani; Bizzo, p. 14 *Apud* Kearney, 1984, p. 1). Sendo assim, manifestam-se, de mesmo modo, aspectos culturais, identitários, epistemológicos, espirituais, éticos e morais, revelando o modo particular que estes sujeitos fundamentam suas posições e pensamentos. Assim sendo, adentramos a Primeira Declaração da Selva Lacandona com o intuito de trazer à tona a visão de mundo dos

zapatistas neste 01 de janeiro de 1994, ano e dia tão icônicos para a história mexicana e, porque não, de todo o continente americano, tendo em vista os impactos econômicos e sociais que a insurgência zapatista provocou México afora ao desferir este profundo golpe nos planos neoliberais que se articulavam no cenário mundial.

Um primeiro passo em nossa imersão nas representações impressas no discurso zapatista foi voltado para a identificação de expressões representativas dessa constituição de uma visão de mundo de povos que, devido às suas histórias de resistências e lutas, conformaram uma *cultura rebelde*. De acordo com Buenrostro y Arellano (2002),

o imaginário de uma sociedade compreende significados culturais e valores por meio dos quais seus membros experimentam as condições de existência. Quando essas condições são negadas ou rejeitadas por motivos de sobrevivência, por violações aos direitos humanos, os inconformados tomam posição diante dessa situação, se organizam para responder aos problemas de acordo com suas aspirações, geram transformações e produzem novos significados (pp. 17-18).

Sendo assim, tratamos como *cultura rebelde* a ressignificação dos valores culturais europeus impostos a partir da colonização. Conformou-se, portanto, uma nova cultura, afetada pelos elementos coloniais, por óbvio, todavia, dada uma nova significação a partir das experiências, discursos, signos e símbolos que balizam a visão de mundo destes povos, refutando o poder hegemônico imposto pela Europa ao “sistema-mundo” e que subjugou todas as culturas,

identidades e subjetividades dos povos conquistados, propondo um novo padrão colonial de poder mundial (QUIJANO, 2005, p. 121).

Dessa forma, o “Ya Basta!” zapatista, anunciado como primeira grande mensagem de impacto na Declaração se constituiu como uma dessas expressões, pois, não se trata apenas de um basta aos maus tratos que eles passaram em Chiapas, no ano de 1994, é um basta que representa toda a história de lutas e que, nesse momento, se confunde passado e presente numa representação da realidade vivida. Outrossim, o “basta” simplifica todo este conteúdo e simboliza uma forma própria de visão de mundo zapatista que é estendida a todos aqueles que compartilham deste sentimento, a todos aqueles que trazem consigo memórias de seus antepassados que compartilham deste sentimento, a todos aqueles que identificam uma causa digna de luta, revolta e indignação. O “basta” zapatista traz uma carga histórica imensa que representa uma visão de mundo daqueles que enxergaram, na construção do seu povo, a opressão que os impediu de crescer nutrindo sua própria cultura, seu próprio modo de vida, sua própria construção do saber⁸. Em suma, o “YaBasta!” zapatista remete ao que Aníbal Quijano (2005) argumenta como o novo padrão de poder hegemônico, o

⁸ Que foi suprimida por uma epistemologia imperial moderna, como Boaventura aponta em “Epistemologias do Sul”, no qual “o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas”. SANTOS,Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 13.

qual perpetua o colonialismo e suas formas de exercício de dominação, em outras palavras, a *colonialidade do poder*.

A identidade também consiste em outra questão relevante tematizando representações dentro da fonte aqui discutida. Ao enunciar que

Somos produtos de 500 anos de lutas: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês de nosso solo; depois, a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis de Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes, assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, e quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito de eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994).

Os zapatistas, em sua Primeira Declaração, alicerçaram toda uma identidade que perpassou a “larga noite dos 500 anos”. É uma projeção histórica coletiva, não individual, e que (re)significa a visão de mundo dos mesmos. A identidade, desta forma, como indica Sebastião Vargas é “uma criação coletiva, que utiliza elementos da memória da luta pela terra, da exclusão social, da busca de justiça e cidadania, o sonho de um mundo melhor, como elos para a união de diversos sujeitos em torno de uma mesma ‘bandeira’” (VARGAS, 2007, p. 249), materializando-se por simbolismos e representações. Portanto, a

identidade manifesta-se não apenas na defesa da terra e dos modos de vida, mas, também, como um traço cultural que representa todo o sentido de suas vidas. A partir do discurso de identidade se construiu um sentimento de comunidade que sustentou a construção de uma realidade vivida, a forma de interagir com a realidade construída, com o cotidiano, com a vida e com a experiência humana em sua completude. Os zapatistas evocam toda a carga histórica que perpassa o movimento e se assumem como representantes desta *cultura rebelde* que é todo o sentido de suas vidas.

Ademais das questões identitárias e culturais, a Declaração zapatista na virada do ano trouxe apontamentos para uma visão de mundo representada pelo “antimoderno”. A escolha da data do levante, o primeiro de janeiro, dia em que se iniciara um novo ciclo e que, para o México, este novo ciclo fora visto pelos senhores do capital com bons olhos, pois acreditavam no sucesso iminente do NAFTA, representou a luta zapatista pela causa indígena contra a modernização do homem, das terras, do saber, das tradições, da vida. O “antimoderno” aqui compreendido é aquele que luta pela permanência, ou retorno, sem, contudo, isso significar um retrocesso. A modernidade e, essencialmente, o neoliberalismo, surgiu para o indígena dos séculos XX e XXI como as gripes e outras doenças surgiram para os indígenas dos séculos XV e XVI. O neoliberalismo, a tentativa de tornar o México uma “potência” de “primeiro mundo” contrariou o direito à vida dos índios e da comunidade camponesa. A terra, mãe de todos os povos originários, foi dessacralizada pelos interesses neoliberais, foi vulgarizada, aquele lugar repleto de vivências foifulanizado e transformado em mercadoria – o que, inclusive, é apontado como uma das prioridades do EZLN como estratégia de Guerra: “Portanto, e conforme esta declaração de guerra, damos às forças militares do EZLN, as seguintes ordens [...] Suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN” (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994). Para isso, a ação do antimoderno foi vital e, como dito, não representou um retrocesso, mas um avanço em direção à

pluralidade; em retorno à história; em permanência da vida. Como Héctor Alimonda enfatiza

A História da América Latina nos adverte que toda nossa “modernidade” se construiu sobre sangue derramado e nos interpela como um espelho implacável, que repõe a imagem desgarrada de nossa identidade. Reconhecermo-nos nessa imagem nos une e, talvez, esse reconhecimento e esse encontro curem nossas feridas” (ALIMONDA, 1986, p. 7).

As representações do antimoderno se fizeram presentes quando os zapatistas anunciaram o seu “basta!” como a única via para

não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de 70 anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e vende-pátrias. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais de da metade do nosso solo ao invasor estrangeiro, são os mesmos que trouxeram um príncipe europeu para nos governar, são os mesmos que formaram a ditadura dos científicos porfiristas, saõ os mesmos que se opuseram à expropriação petroleira, são os mesmos que massacraram os trabalhadores ferroviários em 1958 e aos estudantes em 1968, são os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994).

Fica evidente nesse trecho como o porfiriato⁹ representou uma indignação ao “moderno”, Héctor Alimonda, ao escrever “A Revolução Mexicana”, chamou a atenção para dados desse período que estão em conformidade com a revolta zapatista de 1994. Alimonda nos mostrou que “as companhias de colonização, formadas pelos favoritos do

⁹ Nomenclatura que designa o longo período do governo Porfírio Diaz, ditador deposto pela Revolução Mexicana.

regime, frequentemente associados ao capital estrangeiro, receberam 32 milhões de hectares, quase 15% do território nacional, em um país com muito pouca terra aproveitável” (ALIMONDA, 1986, p. 12), mais do que isso, o governo de Porfirio Díaz teve como um dos seus pilares a associação com o mercado e o capital internacionais e que “de todo o capital aplicado no México, apenas 9% tem origem nacional” (ALIMONDA, 1986, p. 13). Bem como, o “antimorderno” apareceu representado ao anunciam o EZLN como a “força beligerante de nossa luta de libertação” e ao representaram a luta dos trabalhadores do campo por meio de suas cores “vermelho” e “negro”, as quais atuam como signos de resistência e representaram a força das greves e lutas trabalhistas – representações que atuam também no campo visual/imagético da construção do movimento: a bandeira negra com a estrela vermelha solitária, um símbolo de força, sangue e luta em meio a um luto institucionalizado.

Por fim, vale ressaltarmos uma problemática que aparece ainda na primeira página da Declaração e que remete para um debate amplo sobre identidade, nacionalidade e sentimento de pertencimento. Ao anunciam que “somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade” (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994), os zapatistas apontaram para uma visão na qual o México de 1994, o México da ditadura priista¹⁰, não os representa como mexicanos. A

¹⁰Nomenclatura que designa o domínio no governo mexicano do PRI (Partido Revolucionário Institucional) e que, após o processo revolucionário mexicano, em início do século XX, se consolidou no poder do Estado por mais de 70 anos. Período esse que, na visão zapatista, constituiu uma verdadeira ditadura institucionalizada.

nacionalidade mexicana, deste modo, está condicionada ao modo e por quais prioridades o México é governado. A nacionalidade é complexificada para além da simples condição de compartilhar o mesmo local de nascimento, definido pelo território do Estado-Nação. Com isso, “os verdadeiros forjadores” da nacionalidade mexicana são representados na figura daqueles que estiveram ao lado dos interesses do povo mexicano, ou seja, do indígena, do camponês, da reforma agrária, da democracia, da distribuição de riquezas, em suma, ao lado dos interesses anticoloniais. Há quem afirme que podemos interpretar contradições nesse discurso, pois, de mesmo modo, os mesmos zapatistas, na mesma Declaração, bradam que a “Pátria e a bandeira tricolor é amada e respeitada pelos combatentes insurgentes” (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994), todavia, reiteramos que a “Pátria” e a “bandeira tricolor” amadas são a desse México anticolonial que os representa, não do México priista, não do México colonizador. Retirando mais um trecho da Declaração, temos a seguinte passagem que nos ajuda a explanar este debate

Portanto, e conforme esta declaração de guerra, damos às forças militares do EZLN, as seguintes ordens [...] Terceiro: Iniciar julgamentos sumários de soldados do exército federal mexicano e da polícia política que tenham recebido curso e que tenham sido assessorados, treinados ou pagos por estrangeiros, seja dentro de nossa nação ou fora dela, acusados de traição à Pátria, e de todos aqueles que roubem ou atentem contra os bens do povo. (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994)

Os soldados mexicanos, aqueles que compõem o exército “oficial” e que, em seus juramentos, asseguram defender, acima de tudo, a Pátria e a “soberania nacional”, não defendem o mesmo México que os zapatistas defendem. Logo, se converteram em alvo declarado do Exército Zapatista, se converteram, para estes indígenas, em inimigos da Pátria. Portanto, percebemos a nacionalidade mexicana, representada na realidade zapatista, como se houvessem dois Méxicos: de um lado, o México colonizador que representa os “poderosos” que se perpetuam no governo do Estado; d’outro, o México colonizado que representa os “guerrilheiros”, os “rebeldes”, os zapatistas.

Considerações finais

Em suma, o discurso zapatista, manifestado na Primeira Declaração da Selva Lacandona, representa uma tradição rebelde, ou seja, imagens, saberes, símbolos e códigos que estabelecem continuidades, um elo entre passado e presente e, de mesma forma, propondo ressignificações que atendam às forças de interesses que operam junto ao conjunto de sujeitos que forma determinada coletividade. Assim como Emiliano Zapata, em inícios do século XX, afirma sua lealdade a Madero no decorrer da Revolução, mas o adverte que não iria sobrepor os interesses políticos aos interesses do seu povo, os zapatistas, em fins do século XX, garantem lealdade ao México, mas, acima de tudo, representam a luta do povo. Assim como o Exército Libertador do Sul, na Revolução Mexicana, o Exército Zapatista de

Libertação Nacional não se subordina militar nem politicamente a ninguém.

Dessa forma, podemos concluir que as representações de visão de mundo zapatista, expostas na Primeira Declaração da Selva Lacandona, consistem em uma complexa gama de elementos que introduzem uma identidade e cultura própria dos povos de Chiapas, apontando para um lugar presente na produção dos seus discursos. Como produtos de 500 anos de lutas, como os mesmos defendem, a história será uma guia leal aos zapatistas para corroborarem sua justa indignação, pois, o longo processo histórico nos mostra como demandas do passado, ainda hoje, representam as ambições dos que insurgiram em 1994. Os interesses dos mesmos constituiram uma visão de mundo que abrange diferentes esferas da realidade: combate ao neoliberalismo, combate ao apagamento da história, combate à ditadura institucionalizada, combate a não-liberdade de ser quem se é. A realidade zapatista, portanto, confirma uma visão de mundo que representa tudo aquilo que o indígena do México e, pretensiosamente falamos, do mundo inteiro almeja: pluralidade de mundos; um mundo onde coexistam o “moderno” e o “arcaico”; um mundo onde coexistam os saberes científicos “oficiais” e os saberes da tradição; como os zapatistas sustentam, um mundo onde caibam muitos mundos.

Referências

ALBUQUER JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*: Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALIMONDA, Héctor. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. Lisboa: Perspectiva, 1992.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrabio, 2002.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1990.

COMPAGNON, Antoine. *Os antimodernos: De Joseph de Maistre a Roland Barthes*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014.

EL-HANI, CharbelNiño; BIZZO, Nelio Marco Vicenzo. Formas de Construtivismo: Mudança Conceitual e Construtivismo Contextual. *Rev. Ensaio*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p.40-64, jul. 2002.

GENNARI, Emilio. *EZLN Passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. *¿De qué nos van a perdonar?* 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/18/de-que-nos-van-a-perdonar/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PRIMERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA. 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

Santos, Dominique Vieira Coelho dos. ACERCA DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO. *Revista Teoria da História*, Goiás, v. 3, n. 6, p. 27-53, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Bertrand: Rio de Janeiro, 1995.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. *A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. São Paulo, USP. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007.

VARGAS, Sebastião. Com a arma da palavra: trajetória e pensamento do subcomandante Marcos. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v.2, n.2, p. 202-222, 2009.

Recebido em 27/04/19 aceito para publicação em 24/07/19